



O Estado de S. Paulo 15 Out 2003

Principais gargalos serão resolvidos logo, diz Mantega **Ministro confia na definição do marco regulatório e do papel das agências ainda este ano**

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse ontem que acredita ser possível resolver, ainda este ano, os principais gargalos dos investimentos em infra-estrutura, o que inclui, além da aprovação da lei que irá reger as Parcerias Público-privadas (PPP), a definição do novo marco regulatório do setor elétrico e a regulamentação da atividade das agências.

"Existem várias forças-tarefas dentro do governo, tratando do setor elétrico, de saneamento, das rodovias e ferrovias. Concomitantemente com a tramitação da PPP acredito que teremos a definição dos marcos regulatórios", afirmou.

Justamente por causa do atraso na definição do marco regulatório, as PPPs foram recebidas sem grande entusiasmo pelo setor elétrico. Segundo o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, mais importante que as parcerias são as regras do novo modelo do segmento. Sem essas definições, argumenta ele, não há investimentos. Na construção de uma grande hidrelétrica, por exemplo, onde caberia a parceria público-privada, o mais importante é o contrato de venda da energia, explica ele. "Os investimentos dependem da saúde financeira do setor, da capacidade que as empresas têm para honrar contratos futuros."

Sales afirma, no entanto, que as PPPs são uma iniciativa importante para viabilizar novos empreendimentos em tempos recessivos como o atual.

Para o diretor do Grupo Rede, Fernando Quartim, há uma série de projetos no setor que precisa ser iniciada para evitar que o País tenha novamente um racionamento. Na avaliação dele, as parcerias serão importantes em empreendimentos de grande porte, como hidrelétricas e linhas de transmissão de longa distância. Mas quanto maior o empreendimento, maior o risco e maior o retorno que a iniciativa privada vai exigir, ressalta ele. O Grupo Rede tem, pelo menos, duas parcerias público-privadas: com o governo do Estado, na distribuidora Celtins, em Tocantins, e com a Eletrobrás, na usina hidrelétrica de Lajeado. (René Pereira e A.S.)